



Editorial

A Saúde dos migrantes e refugiados- Intervenção dos médicos do mundo

A saúde dos migrantes e refugiados(1) e as questões de saúde associadas à migração são desafios cruciais da saúde pública enfrentados pelos governos e sociedades, tanto no que se refere às necessidades de saúde dos próprios refugiados e migrantes como das populações do país de acolhimento. As Nações Unidas (2018) promoveram o Pacto Global sobre Migração Segura, Ordenada e Regular(2). **Nele, migrantes regulares e irregulares, ou migrantes económicos e refugiados têm os mesmos direitos. Portugal foi o primeiro país a apresentar um plano para a sua concretização .**

Em função do país de origem e das condições em que decorreu o seu percurso até ao país de acolhimento, **esta população vulnerável transporta consigo um conjunto de patologias que devemos identificar e acompanhar para benefício dos próprios e das comunidades de acolhimento.** Referimo-nos a doenças transmissíveis e não transmissíveis, deficiências, consumo de substâncias e problemas de saúde mental. Há que atender aos indícios de abuso e violência, nomeadamente sobre mulheres e crianças, com especial relevo para o tráfico de seres humanos. **Há também que considerar diversos factores condicionantes do acesso aos cuidados de saúde: língua, cultura, pobreza, preconceito, estigma e discriminação, desconhecimento por parte dos serviços da legislação a aplicar, desconhecimento dos seus direitos pelos próprios e o medo do repatriamento por parte dos migrantes irregulares.**

A Médicos do Mundo (MdM) opõem-se total e publicamente à criação de barreiras sanitárias ao acolhimento e integração destes indivíduos. **Defendemos, numa perspetiva de prevenção, que se avalie o estado de saúde dos indivíduos e se referenciem os casos identificados para os serviços de saúde e outras estruturas da rede social de apoio.**

Prestamos cuidados básicos de saúde e apoio social a migrantes na rua através das suas Equipas Técnicas de Rua (Lisboa, Loures, Porto e Barcelos), a refugiados em centros de acolhimento (Lisboa e Évora), a migrantes indocumentados e refugiados requerentes de asilo retidos pelas autoridades portuguesas em aeroportos (Lisboa e Porto) e na Unidade Habitacional de Santo António (Porto), sempre em articulação com outros actores no terreno, públicos e privados.

O nosso trabalho demonstra o papel que as Organizações Não Governamentais desempenham ao garantir o acesso a cuidados de saúde a populações vulneráveis,

complementando o papel do Estado.

Fernando Vasques Marques

Médico de Saúde Pública e Presidente da Médicos do Mundo

(1) Consideramos migrantes os indivíduos que se deslocam para outro local em busca de melhores condições de vida. Consideramos refugiados os indivíduos fogem de conflitos armados ou perseguições. Para os primeiros o retorno ao país de origem não coloca a sua vida em risco, ao contrário dos segundos. A situação legal dos primeiros é regida pela legislação do país de acolhimento, a situação legal dos segundos é regida pela legislação internacional e, também, pela legislação do país onde procuram asilo. Existem 272 milhões de migrantes e 70 milhões de refugiados no Mundo (ONU 2019).

(2) <https://www.un.org/pga/72/wp-content/uploads/sites/51/2018/07/migration.pdf>.

O que aconteceu



XXV Encontro Nacional

O XXV Encontro Nacional da APPSP decorreu no dia 29 de outubro na Fundação Calouste Gulbenkian com o tema “Comunicação e Saúde”. O evento contou com cerca de 200 participantes, 4 comunicações orais, 22 posters científicos e com as apresentações de excelência de 17 palestrantes e moderadores.

O dia iniciou-se com uma perspetiva global de diferentes estratégias, populações alvo e regiões do globo de como se faz comunicação em saúde pública, conhecemos um “retrato” português da agência noticiosa em saúde e os principais desafios para os media e para os profissionais de saúde. Na “era das fake news” a importância da formação dos profissionais de saúde, dos media e da população para desmistificar e desconstruir “inverdades”.

A tarde foi recheada de novos instrumentos, estratégias e projetos inovadores para a comunicação em saúde que envolvem os organismos públicos, privados de diversos setores, os doentes, os cuidadores, os profissionais de saúde o cidadão no desenvolvimento de soluções em saúde e contributo para mais e melhor literacia em saúde.

A conferência final abordou a história dos 25 anos de encontros da APPSP e o desafio para a APPSP ajudar Portugal a desenvolver o orçamento do bem-estar.

Toda a informação sobre o Encontro, incluindo as comunicações e fotos, pode ser consultada [aqui](#).

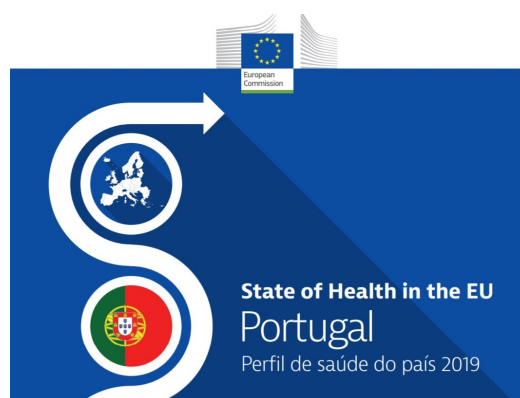


Conferência Europeia de Saúde Pública - EPHC

Realizou-se entre os dias 20 e 23 de novembro, em Marselha, a décima segunda Conferência Europeia de Saúde Pública organizada pela European Public Health Association (EUPHA). A Conferência teve como tema principal a construção de pontes para a solidariedade e saúde pública.

Como membro da EUPHA a APPSP fez-se representar pelo Dr. Guilherme Quinaz Romana.

[Ver mais](#)



Portugal: Perfil de Saúde do País 2019

A OCDE, em conjunto com o Observatório Europeu de Políticas e Sistemas de Saúde e com a Comissão Europeia, disponibilizou recentemente o seu relatório "Portugal: Perfil de Saúde do País 2019" com importantes indicadores de saúde.

[Ver mais](#)

O que vai acontecer



Congresso Mundial de Saúde Pública



Saúde Pública e Alterações Climáticas

Já se encontra aberto o período de envio de resumos para o Congresso Mundial de Saúde Pública. As submissões poderão ser realizadas até dia 1 de Março.

Este congresso terá lugar em Roma, entre os dias 12 e 17 de Outubro de 2020.

[Ver mais](#)

A Associação de Estudantes da ENSP-NOVA organiza, com o apoio da ENSP-NOVA, no próximo dia 20 de Dezembro 2019, a partir das 18h30, no Auditório Coriolano Ferreira, a primeira edição das “AEENSP-NOVA Talks”, intitulada “Saúde Pública e Alterações Climáticas”.

[Ver mais](#)

Fora (e dentro) da caixa



Estudo da OMS mostra que a arte pode fazer bem à saúde

O envolvimento com a arte pode ser benéfico para a saúde mental e física. Esta é a principal conclusão de um relatório lançado nesta segunda-feira pelo Escritório Regional para a Europa da Organização Mundial da Saúde, OMS.

A pesquisa analisou evidências de mais de 900 publicações globais e foi a análise mais abrangente sobre o assunto até o momento.

A diretora regional da OMS para a Europa, Pirooska Östlin, apontou que "trazer arte para a vida das pessoas por meio de atividades como dançar, cantar e ir a museus e espectáculos oferece uma dimensão adicional" de como é possível melhorar a saúde física e mental.

O relatório analisa atividades artísticas que buscam promover a saúde e prevenir problemas de saúde, lidar e tratar problemas físicos e mentais, além de apoiar os cuidados no final da vida.

Mais informação disponível [aqui](#).

Momento de análise

A Saúde de grupos vulneráveis: desigualdades sociais e em saúde no contexto da migração - Uma breve reflexão.

Nos últimos anos tem-se observado uma intensificação dos fluxos migratórios, com a generalidade dos países a constituírem-se simultaneamente países de origem, de trânsito e de destino. **Na verdade, a migração tem-se tornado num fenómeno cada vez mais complexo e dinâmico, assistindo-se a uma diversidade de motivos, condições e trajetórias migratórias, o que coloca importantes desafios para a saúde pública numa perspetiva global.** Assegurar um nível elevado de saúde é fundamental para promover a dignidade e bem-estar das populações migrantes, bem como a sua integração nas sociedades de acolhimento. **Uma experiência de migração positiva implica que os migrantes sejam e permaneçam saudáveis, que participem ativamente nas sociedades e que façam uso do seu capital intelectual, cultural e empreendedor, contribuindo para o desenvolvimento social e económico dos países.**

Na compreensão da relação entre migração e vulnerabilidade em saúde nos países de acolhimento, os determinantes sociais têm assumido uma grande relevância. Na verdade, ao longo do tempo de residência, o estado de saúde dos imigrantes tende a piorar. As limitadas condições de vida, em meios habitacionais e laborais precários e inseguros, e os contextos de pobreza e exclusão social em que algumas populações migrantes vivem, traduzem-se muitas vezes em disparidades nos perfis de doença e fatores de risco. **Estes contextos podem aumentar a probabilidade de exposição, por exemplo, a violência e abuso, a lesões e à aquisição de doenças não comunicáveis e crónicas.** Migrantes que provêm de zonas endémicas de doenças infecciosas, como o VIH e a Tuberculose, e que enfrentam um conjunto de condições socioeconómicas adversas apresentam riscos acrescidos. **Também os fatores de stress que podem ser vivenciados diariamente em contextos de desvantagem socioeconómica afetam o bem-estar emocional e a saúde mental.** Por outro lado, disparidades nos resultados em saúde materna e infantil entre populações migrantes e autóctones realçam a importância desta área.

Adicionalmente, as desigualdades traduzem-se muitas vezes em reduzidas oportunidades de acesso a educação, informação, serviços sociais e de saúde, agravando a vulnerabilidade em saúde destas populações. **Vários estudos internacionais indicam que subgrupos da população migrante, nomeadamente os que se encontram desempregados e em precariedade laboral, sem proteção social ou indocumentados, tendem a não utilizar os serviços disponíveis e ser efetivamente abrangidos pelos sistemas de saúde.** As principais barreiras no acesso aos serviços incluem a reduzida proteção social, os elevados custos, os obstáculos administrativos, as diferenças linguísticas e culturais, a discriminação e a falta de informação sobre os direitos em saúde, entre outras. No contexto nacional, **embora Portugal tenha reconhecidamente uma das legislações mais favoráveis relativamente ao acesso dos migrantes aos cuidados de saúde, ainda persistem dificuldades para alguns grupos de migrantes, especialmente em situação mais vulnerável como os imigrantes indocumentados e em maior desvantagem socioeconómica.**

Na redução das desigualdades sociais e em saúde, o desenvolvimento e implementação

de políticas inclusivas assumem um papel preponderante. Neste sentido é necessário continuar a apostar em políticas de saúde e integração social que sejam sensíveis ao fenómeno migratório, holísticas, de carácter intersectorial e colaborativo, que respondam às reais necessidades em saúde das populações migrantes. **É também fundamental reforçar os esforços de investigação e monitorização em saúde para gerar mais e melhor evidência. Promover uma melhor comunicação dessa evidência permitirá desmistificar perceções erradas sobre a saúde das populações migrantes e informar políticas e estratégias efetivas que contribuam para a melhoria da saúde global da população em geral.**

Sónia Dias

Professora na Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa



APPSP
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA
PROMOÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

Contactos

Escola Nacional de Saúde
Pública
Av. Padre Cruz
1600-560 Lisboa
Portugal

Tel. +351 217 512a 169

Fax +351 217 582 754

Ficha Técnica

Celeste Gonçalves
Carlos Matias Dias
Guilherme Quinaz Romana
Marta Salavisa
Paulo Sousa
Rute Borrego

Website

www.appsp.org
appsp@ensp.unl.pt
